



Gerardo Magela

MAIS RIGOR COM A LAVAGEM DE DINHEIRO

O Congresso deverá examinar projeto com regras rigorosas para o combate à lavagem de dinheiro. A proposta foi apresentada pelo presidente Lula aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Severino Cavalcanti, e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, além do procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

Página 5

DIALÓGO Encontro entre presidentes dos três Poderes discute proposta que será enviada nos próximos dias ao Congresso

CONGRESSO APROVA LDO

Projeto reflete decisão do governo de acelerar o crescimento em 2006

Executivo pode ser impedido de congelar emendas parlamentares

Página 6

Aposentadoria compulsória aos 75 anos passa em primeiro turno

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima para permanência no serviço público. A medida, que ainda vai a segundo turno de votação e ao exame da Câmara dos Deputados, pode atingir

inicialmente ministros dos tribunais superiores. Para os demais servidores, a vigência da nova regra, caso seja aprovada, ainda dependerá de uma lei complementar. A proposta provocou debate em Plenário, e vários senadores defenderam agilidade na elaboração da lei complementar.

Senado aprova PEC que regulariza municípios criados até o ano 2000

Remédios poderão ter nomes e datas de validade em braile

Página 3



Moriera Mariz

DISCUSSÃO Senadores aprovam compulsória aos 75 anos e pedem elaboração urgente de lei complementar que regulamente o tempo máximo de permanência no serviço público

CPIs começam a investigar fundos de pensão

Página 4

Agenda

Plenário

O Senado continua, na sessão de hoje, marcada para as 14h, a discutir propostas de emendas constitucionais que constam na pauta de votações. Entre elas, a que concede licença-maternidade às mulheres que

adotarem crianças (PEC 31/00) e a que aumenta a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (PEC 29/02).

CPI dos Correios

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios reúne-se às 10h para votar requerimentos e definir o calendário da próxima semana. Devem ser quebrados sigilos de fundos

de pensão nos bancos Rural e BMG. Além disso, serão designadas as subcomissões que vão tomar depoimentos de pessoas envolvidas nas investigações da comissão.



Buratti deve depor hoje

Deve ser realizado hoje, às 11h30, o depoimento de Rogério Buratti (foto), assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP). Buratti denunciou um

esquema de arrecadação de propinas na gestão de Palocci. A CPI ouve ainda Enrico Gianelli e Denivaldo Almeida, ligados à negociação do contrato da multinacional Gtech com a Caixa Econômica Federal.

Indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para votar as indicações de diplomatas que irão acumular o cargo de embaixador do Brasil na Líbia e na República de Malta; na Finlândia e na Estônia; e na Arábia Saudita, no Sultanato de Omã e no Iêmen. Consta ainda da pauta requerimento para que seja realizada audiência pública sobre o panorama das Forças Armadas frente à realidade brasileira atual.



Audiência pública sobre agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove audiência pública para tratar de agricultura orgânica, álcool combustível, biodiesel, assuntos sanitários, produtos geneticamente modificados e cooperativismo, a partir das 11h30. Entre os convidados, membros da Comissão de Agricultura do Parlamento dinamarquês, além do ministro de Agricultura da Dinamarca.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da comemoração do Dia do Soldado, no Quartel-General do Exército, em Brasília. Às 16h, Renan preside a ordem do dia do Senado. Ontem, foi inaugurada uma exposição em homenagem ao centenário do escritor gaúcho Érico Veríssimo, no Salão Negro da Casa.

Incentivos fiscais na CAS

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza reunião. Entre os temas da pauta, está a proposta que concede incentivos fiscais a projetos ambientais (PLS 251/02), além do texto que exige aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de médico-veterinário (PLS 156/04).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INICIATIVA Flávio Arns (D) discursa na abertura da audiência pública que reuniu representantes de empresas privadas de energia

Senado discute a utilização do biodiesel no país

■ Segundo os participantes, Brasil pode produzir óleo de mamona e de palma com fins energéticos

Ao abrir ontem a audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou que o biodiesel, além de ser uma importante alternativa energética, também é fator de geração de emprego e renda e de fixação do homem ao campo. Na opinião do senador, a partir deste debate, o Senado e a Câmara podem apresentar iniciativas em relação ao setor.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel, Jório Dauster, o Brasil será líder na área de biodiesel, pois o país tem condições de produzir óleo de mamona e de palma com finalidade energética.

A Brasil Ecodiesel, informou Dauster, trabalha com um pro-

reto de produção de mamona em que a visão empresarial é associada à inclusão social e ao respeito ao meio ambiente. Segundo ele, a empresa adquire a terra e estabelece um programa de assentamentos, oferece todos os equipamentos, insumos, avais financeiros e coordenação técnica aos parceiros, além de garantir a compra da produção. Se cumprir a sua parte, o assentado receberá o título de proprietário.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que o programa do biodiesel é "virtuoso", mas deve haver cuidado para não gerar monocultura na Amazônia.

O diretor da Agropalma, Marcelo do Amaral Brito, informou que as multinacionais estão fazendo investimentos próprios de pesquisa no setor e a empresa brasileira BR só aceita comprar o biodiesel se ele tiver preço menor do que o diesel inferior, que não é utilizado nas cidades devido à sua péssima qualidade.

Contag acredita em avanço da cadeia produtiva

Para a assessora de Formação e Gestão da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Raimunda Oliveira Silva, o importante é que a agricultura familiar, envolvida na produção de biodiesel, obtenha avanço na cadeia produtiva. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o momento é bom para o biodiesel, pois existe vontade política do governo e necessidade de alternativa aos combustíveis fósseis.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Márcio Buzanelli à frente da Abin

Por 41 votos favoráveis, 13 contrários e uma abstenção, o Plenário aprovou o nome de Márcio Paulo Buzanelli para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A indicação foi relatada favoravelmente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e defendida pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

No relatório, Tuma destaca cursos de Buzanelli na Escola Nacional de Informações (Esni) e na Escola Superior de Guerra, além de sua atuação como oficial de ligação representando o Brasil junto ao Counterdrug Operations Center, na Flórida (EUA).

O cargo estava vago desde julho, quando Mauro Marcelo de Lima e Silva foi exonerado por criticar o trabalho da CPI dos Correios.

Proibido desconto de domésticos

O Plenário aprovou substitutivo ao projeto da Câmara que proíbe ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando esse resultar de adiantamento ou de dispositivo legal constante da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O substitutivo é de autoria do senador Tião Viana (PT-AC).

Conforme a justificativa, os empregadores vêm burlando a lei trabalhista com descontos que configuram prática irregular denominada "salário *in natura*". Por meio de tal estratégia, explica Tião Viana, o empregador desconta do salário do doméstico gastos com alimentação, moradia e higiene, quando este reside na casa do empregador.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Recurso contra multas de trânsito

Os condutores de veículos de frota para transporte de passageiros ou de cargas poderão recorrer contra multas de trânsito, derivadas de leitura eletrônica de equipamentos, antes de proceder ao pagamento delas ou serem descontados em seus contracheques. Esse é o propósito do projeto da Câmara (96/01), de autoria do então deputado Pedro Celso (PT-DF), aprovado em 16 de agosto e confirmado ontem em turno suplementar pelo Plenário do Senado.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ) em dezembro. O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), adotou emenda substitutiva apresentada por Sibá Machado (PT-AC) em voto em separado. Como o texto original foi modificado, o PLC retorna à Câmara.

Aprovada aposentadoria compulsória aos 75 anos

Promulgação da PEC ainda depende de segunda votação no Senado e do exame em dois turnos na Câmara

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição que aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima para o exercício do serviço público e, portanto, da aposentadoria compulsória, na forma de lei complementar. De acordo com a proposta (PEC 42/03), para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, a alteração na idade da aposentadoria compulsória passa a vigorar automaticamente na data da publicação da emenda constitucional.

A PEC incluiu artigo no Ato das Disposições Constitucio-

nais Transitórias para excetuar os ministros do STF, dos tribunais superiores e do TCU da exigência de regulamentação por lei complementar. Também ficou decidido que, ao completar 70 anos, esses ministros deverão passar novamente por sabatina no Senado, exigida pela Constituição para esses cargos.

Durante a votação, o relator da proposta na Comissão de Justiça (CCJ), senador José Jorge (PFL-PE), frisou que o benefício é estendido a todos os servidores públicos, que devem esperar a aprovação de uma lei complementar. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu agilidade na regulamentação das novas regras.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) manifestaram seus votos contrários à proposta, sob o argumento de que a majoração da compulsória retiraria a chance de "jovens talentos" progredi-

rem mais rapidamente em suas carreiras.

Mudanças

O projeto original, cujo primeiro signatário é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), apenas estabelecia a majoração de cinco anos na idade para aposentadoria compulsória. Após as cinco sessões de discussão no Plenário do Senado, nas quais o projeto recebeu quatro emendas, a matéria voltou para discussão na CCJ, onde se chegou ao consenso em torno da alteração à PEC, cujo primeiro subscritor é o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que deu forma ao texto final, acrescido de emendas de redação dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

A proposta foi aprovada por 61 votos favoráveis e, para ser promulgada, ainda tem de ser apreciada em segundo turno no Plenário do Senado e em dois turnos na Câmara.



REGRA Emenda acolhida prevê nova sabatina de ministros dos tribunais superiores quando completarem 70 anos

Remédio pode ter nome e data de validade em braile

O substitutivo ao projeto da Câmara (PLC 54/01) que obriga a inscrição em braile do nome e da data de validade na rotulagem de medicamentos foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, em turno suplementar. A matéria volta à Câmara, pois sofreu alteração no Senado.

A proposta, que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, é de autoria do então deputado Fernando Zuppo e foi relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR) na

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em sua análise, Arns afirma que a proposição é justificada como uma medida para reduzir o risco de intoxicação por deficientes visuais, que enfrentam dificuldades em identificar adequadamente os produtos. Como o projeto original estabelecia a inscrição em braile apenas para o rótulo dos remédios, o relator apresentou substitutivo exigindo que também a data de validade seja registrada na escrita para cegos, por ser uma informação essencial aos consumidores.

Flexibilização para municípios criados até 2000

O Senado acolheu ontem, em primeiro turno, substitutivo a proposta determinando que a Emenda Constitucional 15 – que limita a criação de municípios – não se aplica às cidades criadas até o fim de 2000, desde que os processos tenham observado a legislação anterior e que os plebiscitos realizados tenham sido favoráveis (PEC 12/04).

De autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a proposta recebeu substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A matéria volta ao Plenário para votação em segundo turno.



Roosevelt Pinheiro

ERRO Para Cristovam, a falta de um programa social fragiliza o governo diante da onda de corrupção

Cristovam quer crescimento com mudança social

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que o país precisa de uma combinação entre estabilidade econômica e mudanças sociais. Ele comentou repercussão positiva da entrevista do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

– Boa parte da credibilidade teve origem na política econômica que ele executa – disse.

Para Cristovam, a falta de nitidez em um programa de governo, em que não está clara a possibilidade de transformações sociais, fragiliza qualquer presidente que esteja às voltas com denúncias de corrupção.



Roosevelt Pinheiro

EXAGERO Eduardo: comemoração da filiação do governador do Tocantins teria consumido R\$ 1 milhão

Eduardo questiona gasto em festa de filiação ao PMDB

No momento em que o Congresso investiga uso de caixa dois em campanhas eleitorais, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lançou dúvidas sobre a regularidade do custeio da festa de filiação ao PMDB do governador do Tocantins, Marcelo Miranda. Para o senador, o diretório regional do partido, com receita mensal em torno de R\$ 15 mil, não poderia arcar com uma festa estimada por ele em mais de R\$ 1 milhão.

Diante da indefinição sobre os recursos, Eduardo disse que deve recorrer ao Ministério Público Federal e à Justiça Eleitoral para esclarecer o caso.



Na CPI dos Correios, Marcus Vinícius afirma que parlamentares do PTB não receberam mesada; dirigentes de fundos dizem que não tiveram relações com o empresário Marcos Valério; presidente da CPI dos Bingos confirma que Buratti vai depor hoje

Dirigentes negam ligação de fundos com esquema

Os presidentes dos fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Sérgio Ricardo Silva Rosa, Petros (Petrobras), Wagner Pinheiro de Oliveira, e Funcef (Caixa Econômica Federal), Guilherme Narcizo de Lacerda, afirmaram que as instituições não tiveram qualquer participação em esquema de corrupção. Eles fizeram a declaração, em entrevista, após serem ouvidos, ontem, em sessão secreta pela CPI do Mensalão.

Os três negaram relações com Marcos Valério, suposto operador do "mensalão", embo-

ra os presidentes da Previ e da Funcef tenham admitido que os fundos alugam ou alugaram imóveis para uma das agências do publicitário, a DNA, em Brasília, "dentro das condições de mercado".

Alguns parlamentares acreditam que os fundos podem ter sido usados para "esquentar" os empréstimos que Valério contraiu junto aos bancos BMG e Rural e depois repassou ao PT.

– Nenhum de nós acredita que os recursos tirados por Marcos Valério do BMG e do Rural de fato são empréstimos,

e os fundos podem ter sido utilizados para maquiagem desse processo – afirmou o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Nos depoimentos, os dirigentes demonstraram como se dá a gestão dos fundos e se colocaram à disposição para prestar todas as informações que se fizerem necessárias.

– Eles apresentaram detalhes técnicos. Agora, precisamos analisar, mas é cedo para fazermos qualquer avaliação – disse o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO).



INTERMEDIÇÃO Osmar Serraglio e Delcídio Amaral ouvem depoimento em que Marcus Vinícius nega pedido de contribuições de estatais para o PTB

Genro de Roberto Jefferson confirma o "mensalão"

Ao depor ontem na CPI dos Correios, o genro do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), Marcus Vinícius Vasconcelos, confirmou à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ter ouvido várias referências à existência do "mensalão" antes da denúncia feita em público pelo sogro. Mas ressaltou que os parlamentares do PTB não receberiam a suposta propina.

Na maior parte do interrogatório, Marcus Vinícius negou ter sido intermediário, junto a estatais, de pedidos de contribuição para o PTB. Heloísa disse haver uma "grande estrutura de crime organizado para fraudar licitações e execuções contratuais" nos Correios e destacou que Vinícius é apontado como "olhos e ouvidos" de Roberto Jefferson nesse esquema "compartilhado pelo PT".

O relator da CPI, deputado

Osmar Serraglio (PMDB-PR), direcionou os questionamentos a Marcus Vinícius em torno da possível influência do PTB sobre resultados em licitações de estatais. O genro de Roberto Jefferson negou negociações.

Marcus Vinícius confirmou ter ocupado cargo de confiança na Eletronuclear até junho de 2005, por indicação do PTB. Informou ter orientado um amigo, que pretendia recorrer de uma licitação nos Correios, a procurar o ex-chefe de departamento Maurício Marinho, por recomendação do diretor da estatal, Antônio Osório. Mas informou que o amigo acabou perdendo o recurso.

Respondendo à senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ele disse acreditar que os R\$ 4 milhões que o PT teria repassado para honrar compromisso com o PTB não foram distribuídos.



DEFESA Presidida por Amir Lando, CPI do Mensalão ouviu depoimentos dos presidentes da Previ, Petros e Funcef

Comissão aprova quebra de sigilo de três entidades

A CPI dos Correios aprovou, ontem, a transferência dos sigilos das contas dos fundos de pensão Funcef, Geap (servidores da União) e Petros nos bancos Rural e BMG, ligados às denúncias de operações irregulares realizadas pelo empresário Marcos Valério.

Na reunião administrativa de hoje deverá ser definida a agenda da CPI para a próxima semana. De acordo com o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), a agenda pode incluir a data para o depoimento do ex-ministro e atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken.

Os parlamentares também escolheram ontem o novo vice-presidente da CPI, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), em substituição ao senador

Maguito Vilela (PMDB-GO), que está licenciado.

"Valerioduto"

Com os dados dos fundos de pensão, a CPI volta as atenções para seu foco, que, segundo Delcídio, são os Correios, os contratos, as movimentações financeiras e os próprios fundos. "Tudo o que mostre a origem do dinheiro que abastecia o 'valerioduto'", resumiu ele.

Mais uma vez, a oposição tentou aprovar ontem, sem êxito, requerimentos de convocação do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Okamoto assumiu a responsabilidade pelo pagamento de um empréstimo do PT ao presidente Lula e Barcelona fez denúncias que atingem o alto escalão do governo.



OITIVA Efraim Morais afirma que advogado mentiu no primeiro depoimento à CPI dos Bingos

Efraim espera que Buratti diga hoje a verdade

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), informou, em entrevista, que o advogado Rogério Buratti vai depor hoje, às 11h30, na comissão.

– Esperamos que ele diga a verdade. Nós sabemos que ele mentiu no primeiro depoimento. O que queremos, os membros da CPI e toda a sociedade, é a verdade, é isso e nada mais.

José Jorge pede à Receita que fiscalize o PT

O senador José Jorge (PFL-PE) comunicou ontem ter enviado ofício ao secretário-geral da Receita Federal, Jorge Rachid, solicitando que o órgão inicie uma fiscalização imediata no que diz respeito a afirmações dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores de que o partido não estaria escriturando suas movimentações contábeis.

O parlamentar lembrou que o tesoureiro licenciado do PT, Delúbio Soares, declarara perante as comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Congresso que



PUNIÇÃO Para José Jorge, Partido dos Trabalhadores pode perder a imunidade tributária

o partido recebeu e fez uso de contribuições não contabilizadas, "confirmando cabalmente" a existência de caixa dois.

Na avaliação de José Jorge, essas irregularidades praticadas pelo PT podem ocasionar a suspensão da imunidade tributária do partido, desde a data do início da infração tributária.



Presidentes do Senado, da Câmara e do Supremo, além do procurador-geral da República, recebem de Lula texto de projeto que visa aumentar controle sobre movimentação financeira

Maciel quer mudar conselho



Marco Maciel

O senador Marco Maciel (PFL-PE) propôs ontem que a composição do Conselho da República seja rediscutida. Para ele, a medida garantirá maior representação federativa, dará maior força institucional ao país e reforçará o estado democrático. Maciel afirmou que, embora o conselho esteja previsto na Constituição, os dispositivos para sua criação ainda não foram regulamentados. O senador disse ter sugerido alteração à Proposta de Emenda à Constituição 88/03, para que um governador de cada região do país integrasse o conselho.

Alvaro repudia resposta do BNDES



Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse faltar nexos à resposta do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guido Mantega, ao seu discurso, proferido na última segunda-feira, no Plenário. Na ocasião, o parlamentar afirmou "existir conjecturas" de que parte do esquema de caixa dois para financiamento de campanhas eleitorais do PT poderiam advir de recursos liberados pelo BNDES para financiar obras no exterior.

Serys critica Veja e elogia Palocci



Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestou ontem sua admiração ao desempenho do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na entrevista coletiva que concedeu no último fim de semana, rebatendo informações da revista *Veja*. Serys criticou a revista pela forma como vem tratando a crise política, "divulgando informações que depois não se confirmam". A senadora lembrou "o estardalhaço" com que *Veja* retratou as denúncias de Rogério Buratti contra Palocci.

Três Poderes querem rigor contra lavagem de dinheiro

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza; os presidentes da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti; do Senado, Renan Calheiros; e do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, apoiaram a iniciativa do governo federal de elaborar projeto de lei com regras mais rigorosas contra a lavagem de dinheiro.

O texto do projeto foi apresentado a eles em reunião convocada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ontem à noite, no Palácio do Planalto, para debater propostas a fim de dotar o país de legislação mais avançada no controle das movimentações financeiras.

"Os presidentes das duas Casas do Congresso Nacional,

do STF e o procurador-geral da República concordaram que as sugestões apresentadas pelo presidente da República constituem um bom ponto de partida para a melhoria do arcabouço jurídico brasileiro, com vistas a impedir que a circulação monetária se destine a promover qualquer atividade ilícita no território nacional ou no exterior", explica documento divulgado após a reunião e assinado também pelo presidente Lula.

Reforma

No texto, eles saúdam a iniciativa dos parlamentares que apresentaram projetos para aperfeiçoar o sistema político brasileiro. Consideram "que seria oportuno que o processo de apuração pelo qual passa o Brasil fosse coroado por uma

reforma que assegurasse maior transparência, representatividade e solidez ao regime político".

A nota manifesta, enfim, o desejo de "transmitir à sociedade, em um momento em que a profusão de acusações vem a público, a tranqüilidade de que as instituições do Estado se encontram em pleno funcionamento, garantindo o irrestrito prosseguimento das investigações em curso".

O documento contém assinatura de todos os participantes do encontro, do qual também fizeram parte o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o vice-presidente José Alencar.

O projeto de lei está em debate para ser encaminhado ao exame do Congresso Nacional.



DEBATE Lula conduz reunião com Thomaz Bastos (E), Severino Cavalcanti, José Alencar, Renan Calheiros e Nelson Jobim

Renan: é hora de corrigir rumos e aparar arestas

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostra que o momento é propício para o governo "corrigir rumos e aparar arestas".

Questionado sobre a reunião da qual deverá participar hoje no Palácio do Planalto com o presidente da República e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, Renan disse que, em momentos de crise, é importante que as instituições conversem.

Jefferson e ACM questionam motivação do encontro

Jefferson Péres (PDT-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mostraram-se preocupados com a motivação do encontro dos chefes dos três Poderes da República. Jefferson recomendou a Renan Calheiros que consultasse Câmara e Senado antes de decidir assinar uma eventual nota conjunta de apoio à governabilidade.

– É preciso ter cuidado para que esse ato não seja interpretado como uma submissão do Legislativo ao Executivo ou que o Congresso possa ser usado como massa de manobra.

Antonio Carlos afirmou que a preocupação de Jefferson é de toda a Casa, levando-se em conta o momento difícil enfrentado pelo país.



AVALIAÇÃO Para Jefferson, não se pode passar idéia "de submissão do Legislativo ao Executivo"

Pavan estranha preço de passagem

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou ontem a disparidade entre os valores das passagens aéreas. Ele disse que a aviação civil representa um setor da economia "em que não parece existir uma lógica mínima de preços". E afirmou que são inúmeros os casos de "discrepância" para trechos iguais.

– Não dá para entender como, por exemplo, um voo de Brasília para Florianópolis pode custar seis vezes mais que outro de Brasília para Porto Alegre, sendo que este último trecho tem uma distância maior. A explicação não pode estar na ocupação de assentos, porque os voos para a capital catarinense estão sempre cheios – reclamou.



Leonel Pavan

Ana Júlia: governo cumpre metas

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou o anúncio, feito pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, da liberação de R\$ 1 bilhão do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para o Plano Safra da Amazônia 2005-2006. Segundo ela, metade desses recursos irão para a agricultura familiar dos assentamentos da reforma agrária no Pará.

– O Pará pode se envaidecer de ser o estado amazônico que mais recebeu recursos do Pronaf, o que mostra que o governo está cumprindo as metas de recondução do homem ao campo – disse.



Ana Júlia

Aperfeiçoamento da lei eleitoral

José Maranhão (PMDB-PB) apresentou ontem projeto que inclui o uso abusivo de propaganda institucional por titulares de cargos do Executivo na definição de crime de responsabilidade e improbidade administrativa. Para ele, existe uma lacuna na legislação que trata do tema, e somente a alteração desses dispositivos promoverá o aperfeiçoamento da legislação eleitoral. Ele disse que a propaganda institucional está prevista e garantida na Constituição, mas não está caracterizada como crime de abuso de poder e promoção pessoal.



José Maranhão

Aprovadas normas para Orçamento de 2006

■ Congresso vota a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que atende reivindicação de produtores rurais

O Congresso Nacional aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Por votação simbólica, o Plenário acolheu o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG). A matéria foi aprovada quatro meses depois de sua apresentação pelo Executivo e vai agora à sanção do presidente da República.

A peça dispõe sobre princípios e normas que devem ser adotados pelo governo para elaborar o projeto de lei do Orçamento para o próximo exercício. O Executivo tem até o final deste mês de agosto para apresentar ao Congresso a nova lei do Orçamento. A votação da



DECISÕES Renan Calheiros preside a sessão do Congresso em que foram aprovados também recursos de R\$ 250 milhões para alimentação escolar

LDO estava atrasada em quase dois meses, em decorrência de obstrução feita pelos partidos de oposição em junho. O objetivo da obstrução era evitar que o Legislativo entrasse em recesso em julho, com prejuízo para o andamento das comissões parlamentares de inquérito que investigam denúncias de corrupção.

O substitutivo acatado incorporou diversos itens negociados ainda na Comissão Mista de Orçamento (CMO), como o reajuste linear para os servidores públicos, em 2006, com base na variação do PIB (produto interno bruto) *per capita*. Por esse critério, os vencimentos vão ser reajustados entre 1,6% e 1,8%, ante apenas

0,1% previsto para esse ano. De última hora, os ruralistas também emplacaram pleito que obriga o governo a assegurar recursos para cobrir despesas de renegociação de dívidas decorrentes de projetos que ainda venham a ser aprovados no Congresso.

Protesto

Ligado ao ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) chegou a solicitar durante a sessão, por três vezes, a verificação de presença em Plenário. Conforme o Regimento Comum do Congresso, a abertura e manutenção da sessão dependia do registro de, no mínimo, 14 senadores e 86 deputados em Plenário. Mas o presidente do Senado, Renan Calheiros, rejeitou o pedido do parlamentar, argumentando que deputados só podem formular pedidos de verificação de quórum em sessões da Câmara.

Cunha justificou que se tratava de protesto pela inclusão do Rio de Janeiro no cadastro de entes públicos com pendências no pagamento de compromissos financeiros com o governo federal, o que vem impedindo o estado de receber repasses de empréstimo do BNDES para obras do metrô.

Se não houver veto do presidente da República, o governo deve incorporar à proposta, entre outros, mecanismo que protege de futuros bloqueios as verbas alocadas nas emendas individuais, que se destinam a obras em projetos nas bases dos parlamentares.

O Congresso aprovou ainda quatro projetos de lei que autorizam o governo a ampliar gastos em diversas áreas. Entre estes, o PL 11/05 abre ao orçamento do Ministério da Educação um crédito suplementar de R\$ 250 milhões, recursos que serão destinados a programa de alimentação escolar.

Nova lei está voltada para crescimento da economia

O projeto da LDO aprovado ontem pelo Congresso reflete a decisão do governo de acelerar o crescimento da economia em 2006, último ano do mandato do presidente Lula. Pela primeira vez, o governo colocou em uma lei que terão limite os seus gastos não financeiros (pessoal, benefícios sociais, custeio da máquina pública e benefícios sociais e previdenciários).

No projeto original, o governo propôs que esses gastos não passarão de 17% do produto interno bruto (PIB), uma forma de sinalizar aos investidores que o governo não pretende promover uma gastança num ano eleitoral. O relator do projeto, deputado Gilmar Machado (PT-MG), no entanto, fez uma modificação neste ponto, retirando do limite as despesas da Lei Kandir, que prevê ressarcimento aos estados pela isenção de impostos nas exportações. Ou seja, o Congresso tirou R\$ 5,2 bilhões do limite de 17% do PIB.

A mesma LDO também pretende impor um limite na voracidade fiscal da União, impedindo que a carga tributária federal tenha aumento real. Para isso, ela contém um artigo que limita em 16% do PIB tudo

que a Receita Federal arrecada (fora receitas atípicas). Esse percentual é a média dos últimos quatro anos.

De resto, a LDO trabalha alguns índices econômicos ou financeiros que mostram a disposição do governo de manter a economia em crescimento, ao mesmo tempo em que trabalha para evitar algum descontrole inflacionário. O projeto apresenta uma previsão para o comportamento da economia nos três anos seguintes. A inflação, por exemplo, seria de 4,16% em 2006, caindo para 3,99% em 2008. O dólar está projetado para R\$ 2,90 no ano que vem e R\$ 3,16 em 2008.

A meta de superávit fiscal primário (sobras em caixa antes do pagamento de juros da dívida pública) será mantida em 4,25% do PIB nos três anos. O Congresso, no entanto, introduziu o "ajuste anticíclico" das contas públicas, o que permitirá a esse superávit variar minimamente para cima ou para baixo, dependendo do desempenho da economia. Se a economia crescer mais que 4,5% em 2006, o superávit primário (usado no pagamento de juros da dívida) também será maior; se crescer menos, o superávit também poderá cair.



AVALIAÇÃO Segundo Antonio Carlos, Parlamento precisa se fortalecer junto à opinião pública

ACM critica votação "sem o devido quórum"

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou o fato de o Congresso Nacional ter votado a LDO para 2006 "sem o devido quórum", conforme afirmou. No seu entendimento, o Parlamento vive um mau momento e necessita se fortalecer junto à opinião pública, por meio de iniciativas que lhe dêem mais credibilidade.

– Peço a atenção do presidente Renan Calheiros para lembrar que permitiu a votação, mas os créditos não poderiam ser votados nem por qualquer acordo de líderes sem a devida obediência ao Regimento. Não é uma boa prática – enfatizou.

O senador pela Bahia prometeu pedir verificação de quórum na próxima votação.

Relator diz que Lula pode vetar emendas

O relator do projeto da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), afirmou à imprensa que o presidente Lula poderá vetar pelo menos três pontos incluídos no projeto pelo Congresso, entre eles o parágrafo que proíbe o presidente de contingenciar os gastos previstos nas emendas apresentadas pelos deputados e senadores.

Machado lembrou que a mudança foi feita por acordo das lideranças partidárias, mas o governo nunca se comprometeu em não vetar esta parte. Apesar da opinião do relator, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, observou que as emendas dos parlamentares não são problema e seus valores não são significantes a ponto de ameaçar a execução orçamentária da União.

O relator da LDO também acredita que o presidente Lula poderá vetar o inciso que obriga o governo a estabelecer no Orçamento previsão para gastos oriundos de projetos que vierem a ser aprovados pelo Congresso tratando de renegociação de dívidas rurais. Essa parte foi motivo de impasse na votação da LDO, quando a bancada ruralista obstruiu a votação do projeto.

Também poderá ser vetado,



FOLGA Gilmar Machado afirma que governo poderá bancar reajuste do mínimo acima da inflação

de acordo com Gilmar Machado, o texto incluído pelos deputados e senadores que impede o contingenciamento de receitas próprias das agências reguladoras. No dia da votação final da LDO na Comissão de Orçamento, o relator advertiu que o governo não concordava com a mudança.

Salário mínimo

O presidente da República terá em 2006 recursos para bancar aumento do salário mínimo de até 10% acima da inflação, disse o relator. Uma alteração na LDO aprovada pelo Congresso prevê que toda a arrecadação direta da União (fora a Previdenciária) que ultrapassar os 16% do PIB constituirá uma reserva e o presidente poderá usá-la em investimentos e até aumentos de salários.



MÉRITO Paulo Paim destaca que iniciativa visa assegurar formação profissional a jovens de baixa renda

Paim: Escola de Fábrica melhorará qualidade de vida

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou, em discurso, a aprovação da medida provisória (MP) que criou o projeto Escola de Fábrica. A seu ver, a iniciativa vai propiciar melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, principalmente dos jovens.

O projeto Escola de Fábrica, previsto na MP 251, tem a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda. Paim cumprimentou ainda os líderes pelo acordo que permitiu a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.



AÇÃO Tebet diz que administração não pode continuar paralisada durante investigações das CPIs

Tebet apela por liberação de emendas

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao governo a liberação das emendas parlamentares no Orçamento de 2005, para programas de assistência e infra-estrutura em municípios.

Ele advertiu que não pode continuar o quadro de paralisia administrativa enquanto estiverem funcionando as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que investigam denúncias de corrupção contra o PT e o governo Lula.

Tebet disse, ainda, esperar que o Supremo Tribunal Federal anule a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que reduziu o número de vereadores.

Projeto aprovado na CCJ põe fim a manobras para prescrição de pena

Objetivo da proposta, que poderá seguir logo para o exame da Câmara, é combater a impunidade no país

O Código Penal poderá ser alterado para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou de acórdão condenatório recorrível. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A comissão acolheu parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto de lei do senador Magno Malta (PL-ES). Conforme o autor, a iniciativa visa reduzir a possibilidade de ocorrência da prescrição pela estratégia de interposição dos recursos extraordinários e especial, "posto que a contagem do prazo prescricional será renovada a partir da publicação do acórdão condenatório, qualquer que seja a pena fixada pelo tribunal".

– A alteração sugerida produz impacto na denominada prescrição intercorrente ou



DECISÃO Demostenes Torres (de pé, conversando com Mercadante e ACM), relatou projeto de Magno Malta (D)

superveniente, que ocorre após a prolação da sentença condenatória recorrível. Pretende-se evitar, com efeito, a interposição de recursos meramente protelatórios às instâncias superiores, uma vez que a publicação do acórdão condenatório recorrível, doravante, interromperá a contagem do prazo prescricional, zerando-o novamente – explicou Malta na justificativa do projeto.

Segundo Demostenes Torres, a iniciativa é importante, por "sanar situação jurídica que conduz à impunidade".

A medida altera o inciso IV do art. 117 do Código Penal para estabelecer que o curso da prescrição interrompe-se



Roosevelt Pinheiro

“pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis” e não “pela sentença condenatória recorrível”, como está em vigor.

– A presente proposição contribuirá para dirimir os conflitos de interpretação, consolidando a posição, mais razoável, de que o acórdão confirmatório de sentença recorrível também interrompe o prazo da prescrição intercorrente – assinalou

Comissão acolhe novas regras para os consórcios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto de lei do senador Aelton Freitas (PL-MG) que regulamenta o sistema de consórcios no Brasil. Segundo o autor, embora funcione há mais de 40 anos no país, a atividade não tem legislação capaz de atender às necessidades da sociedade e da economia.

– As distorções geradas por interpretações inadequadas do negócio consorcial apontam a prevalência da tutela de interesses individuais, negligenciando-se a proteção dos interesses coletivos do grupo – argumenta Aelton na justificativa do projeto. Além disso, acrescenta, a falta de uma legislação específica impede a clara delimitação do alcance dos direitos e obrigações do

consorciado, do grupo e da administradora de consórcio, partes do negócio consorcial.

Aelton destaca que, em 2002, havia 368 administradoras de consórcios cadastradas no Banco Central, com patrimônio líquido superior a R\$ 1,5 bilhão e movimentação acima de R\$ 11 bilhões. A proposta vai a votação conclusiva na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



LACUNA Aelton alega falta de normas que atendam ao interesse da sociedade e da economia



J. Freitas

DRAMA Tourinho cita caso de filho de brasileiro nascido no exterior que não tem nacionalidade

Proposta soluciona caso de apátridas

Outra matéria que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi a proposta de emenda à Constituição de iniciativa do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que acrescenta duas hipóteses de nacionalidade brasileira originária. De acordo com o relatório do relator *ad hoc*, Demostenes Torres (PFL-

Magno Malta.

Universidade

A CCJ ainda aprovou na reunião de ontem parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) favorável ao projeto de lei (PLS 290/03) do senador Mão Santa (PMDB-PI) que cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPAR) por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Além de ministrar ensino superior, a UFPAR também desenvolverá pesquisas e promoverá extensão universitária.

– Sediar em Parnaíba a nova universidade significa garantir a formação de professores para todos os níveis de ensino, formar quadros de profissionais requeridos pelos setores privado e público da economia regional e, principalmente, conter ou aliviar a insuportável pressão social contra a “seleção natural” imposta pelo governo federal aos 21.192 estudantes matriculados no ensino médio em 36 municípios, que buscarão em Parnaíba vagas de acesso à graduação universitária e serão inexoravelmente barrados – afirmou Mão Santa, na justificativa do projeto.

A matéria segue para a Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa.

GO), a alínea “c” do inciso I do artigo 12 da Constituição terá a seguinte redação: “os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, menores de idade, desde que registrados em repartição brasileira competente”. O objetivo é evitar a possibilidade de filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, nascidos no estrangeiro, tornarem-se apátridas.

O texto em vigor determina que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira que venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira.

Pela PEC, o inciso I também passa a contar com uma alínea “d”, para garantir a nacionalidade originária aos “nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, maiores de idade, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira”.



EMOÇÃO Presidida por Renan e proposta por Simon (na tribuna), Zambiasi e Paim, sessão reuniu admiradores da obra de Érico Veríssimo (no destaque)

Senado homenageia o escritor Érico Veríssimo

■ Sessão especial marca o centenário de nascimento do "contador de histórias" sobre o povo gaúcho

Érico Veríssimo foi um dos mais destacados intelectuais brasileiros e realizou obras notáveis, nas quais retratou a história do povo gaúcho. A avaliação foi feita ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), durante sessão especial que comemorou o centenário de nascimento do escritor. A sessão resultou de requerimento de Simon, subscrito também por Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS).

Após o encerramento da ses-

são, houve a abertura oficial da exposição "Por Amor à Vida – Érico Veríssimo 100 Anos", que contou com a participação do Coral do Senado. A mostra ficará no Salão Negro até 2 de setembro.

Em seu discurso, Simon destacou que Érico Veríssimo gostava de ser reconhecido como um "modesto contador de histórias", mesmo já consagrado como um dos maiores escritores da língua portuguesa.

Zambiasi ressaltou que o escritor gaúcho vivenciou, a partir dos anos 30, as mudanças estruturais vividas pelo Brasil na economia e na política, enquanto Paim destacou o caráter universal de sua obra.

A sessão, presidida por Renan Calheiros, contou com a

participação do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim; do vice-governador do Rio Grande do Sul, Antônio Holfeldt; do ministro do Tribunal de Contas da União e representante da Academia Brasileira de Letras (ABL) Marcus Vinícius Villaça; do filho do escritor, o cronista Luís Fernando Veríssimo; do presidente da Fundação Érico Veríssimo, Evandro Kruehl; e do deputado Inocêncio Oliveira.

Em discurso emocionado, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que tomou gosto pela leitura na adolescência após a leitura de *Olhai os Lírios do Campo*. Contrerrânea de Veríssimo, Serys Shlessarenko (PT-MT) disse que o escritor soube "fazer da vida uma grande poesia".

Pesar pelos 51 anos da morte de Getúlio Vargas

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelos 51 anos de falecimento do presidente Getúlio Dornelles Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi o autor do requerimento.

– Getúlio foi levado ao suicídio por uma tremenda e cruel luta com a antiga UDN, alguns militares e Carlos Lacerda, que havia tempos queriam golpear o Brasil. Foi uma campanha diabólica contra Vargas – comentou Simon.

O senador classificou o presidente Getúlio Vargas como "um grande vulto da história do país", lembrando que ele foi governador do Rio Grande do Sul, ministro da Fazenda e senador. Simon destacou, entre o legado de Vargas, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras.

Também assinaram o requerimento de Simon os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Consenso pela renovação de incentivos ao cinema

A necessidade de prorrogação dos incentivos fiscais previstos na Lei do Audiovisual – que vencem em 2006 – obteve consenso dos participantes da audiência pública realizada ontem pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Os cinco representantes de entidades ligadas ao cinema, convidados para o debate, alertaram para o risco de interrupção da produção nacional pela falta de recursos.

– Como 2006 será um ano eleitoral, precisamos unir forças pela renovação dos incentivos – sugeriu o presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), co-autor do requerimento de realização da audiência, juntamente com Roberto Saturnino (PT-RJ).

Gerson Camata (PMDB-ES) se prontificou a levar o assunto ao ministro Jaques Wagner, da Secretaria de Relações Institucionais, com quem teria encontro horas depois.

Segundo o presidente da Associação Paulista de Cineastas, Ícaro Martins, cerca de 90% dos recursos obtidos por produtores nacionais são provenientes de incentivos fiscais. Como as captações são realizadas com antecedência de até dois anos, disse, os investidores temem mudanças nas regras.

O presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, observou que o público de filmes nacionais subiu de 2,9 milhões, em 1995, para 16,4 milhões, em 2004. Também o coordenador-geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema, Roberto Farias, considerou prioritária a necessidade de prorrogação dos incentivos.

Apesar da unanimidade em torno do tema, a audiência demonstrou que existem questões divergentes entre as entidades. Representante da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste, Wolney Oliveira sugeriu mudanças na lei para garantir maior descentralização de recursos.

Por sua vez, o vice-presidente da Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul, Cícero Aragon, defendeu limites ao valor dos projetos incentivados, para "democratizar os investimentos", e a criação de um fundo para captar recursos de pessoas físicas e direcioná-los à cultura.

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) propôs divulgação sobre a possibilidade de dedução do Imposto de Renda por pessoas físicas para produções audiovisuais. Leonel Pavan (PSDB-SC) e Wellington Salgado (PMDB-MG) também apoiaram a renovação dos incentivos.



DEBATE Sérgio Cabral (terceiro à direita) acompanha apresentações de Cícero Aragon, Roberto Farias, Wolnei Oliveira, Gustavo Dahl e Ícaro Martins

Crivella registra debate sobre pleno emprego

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) comunicou que a Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, sob sua presidência, realizou ontem a primeira de oito audiências para discutir alternativas à política econômica. Os debates, informou, vão orientar a construção de uma política de promoção de pleno emprego. Ele registrou a presença dos economistas Fábio Gaimbiagi, André Rebelo e José Carlos de Assis.



DISCUSSÃO Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego realizará oito audiências públicas, informa Crivella

Crivella criticou o anúncio, pelo Ministério das Cidades, da liberação de R\$ 40 milhões para emendas ao Orçamento, o que significa "R\$ 5 mil por parlamentar".

– Os senadores levarão vaia da população – observou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana e Eduardo Siqueira Campos e pela senadora Serys Shlessarenko